

Violência estrutural e necessidade de resistência social

RENATO NUNES BITTENCOURT*

Resumo:

O artigo faz uma abordagem sintética acerca da conjuntura social brasileira na vigência da COVID-19 e de que maneira a insurgência da violência estrutural manifestou-se com intensidade mesmo em condições sociais aparentemente mais distanciadas, circunstância que ratifica a tese de que somos ainda uma sociedade reacionária, agressiva e discriminatória, e que somente o engajamento político multitudinário permitirá uma transformação radical dessas bases opressivas.

Palavras-Chave: Violência; Agressividade; Resistência; Injustiça.

Structural Violence and the need for social resistance

Abstract:

The article takes a synthetic approach about the Brazilian social situation under COVID-19 and how the insurgency of structural violence was manifested with intensity even in apparently more distant social conditions, a circumstance that confirms the thesis that we are still a society reactionary, aggressive and discriminatory, and that only multitudinous political engagement will allow a radical transformation of these oppressive bases.

Key words: Violence; Aggressiveness; Resistance; Injustice



* **RENATO NUNES BITTENCOURT** é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ. Professor do Curso de Administração da FACC-UFRJ.

O conflito é uma inevitável realidade social
(TOFFLER, 2010, p. 496)



Introdução

Uma pergunta recorrente acerca da conjuntura pandêmica da COVID-19 e seu legado deletério para a humanidade consiste no questionamento se sairemos melhores ou piores dessa situação catastrófica. Acredito que toda resposta categórica é inadequada, pois encontramos os gestos mais virtuosos, mas também os gestos mais tenebrosos dos mais diversos atores sociais no tocante ao modo como vivenciamos as circunstâncias restritivas impostas pela COVID-19 que, inevitavelmente, aflorou de forma catártica nossas contradições históricas e estruturais. Obviamente que a COVID-19 não é o pandemônio responsável por nosso desajuste social e por nosso déficit democrático, mas sua virulência fortaleceu a degradação institucional de nossa esfera pública. No entanto, as bases reacionárias da sociedade

brasileira estão fundamentadas desde priscas eras, e mesmo em governanças progressistas anteriores essas forças reativas manifestavam suas tendências autoritárias e excludentes contra todos os segmentos sociais imputados como subalternos e, assim, sem qualquer acesso aos direitos civis garantidos constitucionalmente. Contudo, entre a letra jurídica e a práxis concreta temos um hiato sociopolítico difícil de ser superado, circunstância que só agrava nossa disparidade estrutural. Tal como aponta Octavio Ianni,

As classes dominantes pouco ou nada se preocupam com a conquista da democracia. Em geral, os seus membros dispõem de prerrogativas, recursos, técnicas, poder propriamente dito, direitos de fato que lhes garantem o que o povo poderia conquistar – parcialmente – por meio do jogo democrático (IANNI, 2004, p. 156).

A partir da consolidação de uma agenda de extrema-direita no Brasil, xucra, violenta, militarista, negacionista, anti-humanista e irracionalista, nossas contradições sociais são reveladas em sua terrível nudez e somos instigados a uma autocrítica, pois houveram oportunidades anteriores de repararmos substantivamente essas graves falhas históricas e não apenas promovermos reformas sociais desprovidas de radicalidade, pois apenas indo nas raízes das nossas carências políticas poderíamos promover uma democracia substantiva no Brasil.

Violência nua em uma sociedade violenta

Cidadãos mortos por seguranças de supermercados, crianças baleadas nas portas das suas casas ou mesmo dentro dos seus lares por “balas perdidas”, operações policiais desastradas, negacionismo científico que prejudica o avanço da saúde pública e os procedimentos epidemiológicos, brigas de trânsito, feminicídios, assassinatos cometidos por motivações políticas, devastação ambiental, a onda de violência e de distorção da realidade atinge patamares bastante elevados. Sempre importante ressaltar que essas mazelas estruturais da sociedade brasileira constituem nosso tecido histórico, mas a consolidação da agenda reacionária que faz da apologia do armamentismo o mote de sua campanha mobilizadora do rebanho de fiéis adoradores da destruição legítima ideologicamente as ações embrutecidas dos racistas, dos machistas, dos homofóbicos, dos fascistas, de toda a corja que se orgulha de sua violência internalizada e que faz da explosão de sua agressividade um caminho de vida a ser seguido.

A violência, por si só, não é boa nem má, mas um dado natural. Contudo, na construção política da sociedade vemos a apropriação da violência pela máquina do Estado, para que assim haja a organização da estrutura social e a manutenção da ordem pública, na configuração do que é a violência conservadora. Max Weber pontua assim a questão:

O Estado Moderno é um agrupamento de dominação que apresenta caráter institucional e que procurou (com êxito) monopolizar nos limites de um território, a violência física legítima como instrumento de domínio e que, tendo esse objetivo, reuniu nas mãos dos dirigentes os meios materiais de gestão (WEBER, 2000, p. 62).

Contudo, como as sociedades são estabelecidas por diferenciações econômicas, as desigualdades são sistêmicas e assim vemos o hiato entre as castas elitistas e as massas desprovidas de recursos, circunstância que usualmente alimenta as tensões sociais. Desse modo, as classes dominantes, atreladas promiscuamente ao poder estatal e aos seus inerentes aparatos repressivos, não hesita em utilizá-los para impor às classes subalternas submissão social. De acordo com Jessé Souza,

O excluído, majoritariamente negro e mestiço, é estigmatizado como perigoso e inferior e perseguido não mais pelo capitão do mato, mas, sim, pelas viaturas de polícia com licença para matar pobre e preto. Obviamente, não é a polícia a fonte da violência, mas as classes média e alta que apoiam esse tipo de política pública informal para higienizar as cidades e calar o medo do oprimido e do excluído que construiu com as

próprias mãos. E essa continuação da escravidão por outros meios se utilizou e se utiliza da mesma perseguição e da mesma opressão cotidiana e selvagem para quebrar a resistência e a dignidade dos excluídos (SOUZA, 2019, p. 88)

Eis assim a violência reacionária, que pode apresentar diversos matizes na estrutura social e que serve de contenção política contra todos os atores sociais que porventura venham a afrontar ou ameaçar o status quo. Essa instrumentação da violência reacionária como uma instância dotada de legitimidade (inclusive dentre muitos segmentos sociais que são oprimidos por ela), ainda que gere uma sensação de apatia e conformismo são, em dados momentos, contrapostas pelas ações multitudinárias contestatórias, de maneira organizada ou não. Essas manifestações violentas das classes subalternas contra os poderes estabelecidos só se tornam revolucionárias quando dotadas de estratégia, tática e objetivos, ainda que venham a ser desprovidas de um centro diretriz que comande essas ações de transformação da estrutura social. A violência reacionária é contrária ao outro, aos fundamentos existenciais da alteridade, visa sempre negar o diferente, a classe que merece ser aniquilada, silenciada. A violência revolucionária, por sua vez, afirma a vida, ao negar a opressão imposta pelo opressor, inclusive talvez despertando nesse o sentimento de humanidade perdida ao estabelecer um contrachoque de forças. Nessas condições, a violência revolucionária nega o ato de negação imposto pelo opressor, sendo assim afirmação da vida das forças humanas que se contrapõem ao arbítrio tirânico. Paulo Freire apresenta com maestria essa questão:

Na verdade, porém, por paradoxal que possa parecer, na resposta dos oprimidos à violência dos opressores é que vamos encontrar o gesto de amor. Consciente ou inconscientemente, o ato de rebelião dos oprimidos, que é sempre tão ou quase tão violento quanto a violência que os cria, este ato dos oprimidos, sim, pode inaugurar o amor. Enquanto a violência dos opressores faz dos oprimidos homens proibidos de ser, a resposta destes à violência daqueles se encontra infundida do anseio de busca do direito de ser. Os opressores, violentando e proibindo que os outros sejam, não podem igualmente ser; os oprimidos, lutando por ser, ao retirar-lhes o poder de oprimir e de esmagar, lhes restauram a humanidade que haviam perdido no uso da opressão (FREIRE, 2005, p. 48).

Qualquer pessoa de bom senso desejaria que todas as formas de violência fossem suprimidas definitivamente e vivêssemos em condições ótimas de sociabilidade, com relações empáticas, confiantes, sustentadas em uma base civilizatória desprovida de pobreza, exploração e opressão, e todos os nossos problemas estruturais fossem resolvidos através de diplomacia, deliberação, diálogo. Todavia, como não estamos no melhor dos mundos possíveis e o egoísmo agressivo e a injustiça sistêmica são as bases das relações institucionais de sociedades desajustadas estruturalmente, não podemos confiar apenas na boa vontade dos mandatários e na solução extraordinária dos problemas que perpassam essas configurações societárias. Se nada fazemos para bloquear o frêmito reacionário, seremos todos destruídos, daí a importância do

espírito de revolta contra os poderes que visam suprimir aqueles que são socialmente indesejáveis e que melhor seria se estivessem extintos.

Explosões multitudinárias contra a estrutura sistemática de imposição da violência aos espoliados e oprimidos são eventos axiologicamente justificáveis que se colocam para além dos parâmetros morais de avaliação, já que são respostas políticas de pessoas que visam, de forma extrema, arrancar dos detentores do poder as condições para que permaneçam viáveis em uma ordenação social excludente e necrófila. Usualmente, quando forças policiais achincalham pessoas comuns em gestos brutos de violência desmedida, redes solidárias de pessoas unidas pela luta contra a opressão estatal ocupam as ruas e chacoalham lojas, agências bancárias e outros signos da afluência do capitalismo asfixiante. Trata-se de uma contestação material ao fetichismo de uma sociedade de consumo que, apesar de sua maravilhosa afluência, consegue conviver pacificamente com a mais horrenda miséria social. Ainda que esses atos destrutivos se revelem muitas vezes ineficazes para vencer definitivamente o autoritarismo plutocrático, eles servem, todavia, para representar a justa indignação de corpos indóceis que não aceitam mais viver sob a égide do medo e da agressão. Essas ações espetaculares apresentam uma plasticidade rebelde que pode inspirar mobilizações políticas ainda mais substantivas, talvez pavimentando as condições concretas de processos revolucionários, cujos desdobramentos sociopolíticos jamais podemos saber de antemão, solapando assim todo exercício futuroológico. Não existe ciência da revolução. Audácia, coragem, abnegação e disciplina são virtudes

essenciais para a ação avassaladora da ordem vigente. Conforme salienta Paulo Freire,

A revolução é biófila, é criadora de vida, ainda que, para criá-la, seja obrigada a deter vidas que proíbem a vida. Não há vida sem morte, como não há morte sem vida, mas há também uma “morte em vida”, e a “morte em vida” é exatamente a vida proibida de ser vivida (FREIRE, 2005, p. 197)

A violência revolucionária é compreendida pelo olhar ideológico do poder dominante como anarquia, bagunça, desordem, barbárie, ingratidão, estigmas que são reproduzidos por muitos membros das classes subalternas, adocicados politicamente no cultivo da opressão cotidiana. Enquanto isso, a violência estatal, reativa, é sempre imputada como soberana, legítima, inquestionável, mesmo que cometa as mais horrendas injustiças contra os pobres, pretos, favelados, trabalhadores. A opinião pública reacionária e cretina lamenta a destruição das mercadorias pelas ações dos “vândalos”, mas é bastante leniente com o modus operandi assassino imposto pela máquina opressora das forças policiais aos cidadãos desprotegidos de qualquer garantia constitucional, inclusive culpando-os por sua própria penúria social. Marcos Rolim argumenta que

A violência policial, bem como toda atividade estruturada pelo modelo reativo de policiamento, é seletiva. Ela se faz presente quando as vítimas são pobres e humildes; quando os próprios policiais intuem que elas situam-se tão à margem da sociedade que seus eventuais e improváveis protestos não serão ouvidos (ROLIM, 2006, p. 48).

Para a mentalidade adoradora da ordem mercadológica, a propriedade privada é sagrada e inviolável, mas as vidas humanas que não são consideradas rentáveis, economicamente viáveis, são descartáveis, e por isso as mazelas que lhes afetam todos os dias e os desastres operacionais sofridos, os malditos danos colaterais, são contingências da vida. Para essas pessoas estruturalmente espoliadas, somente a sobrevivência (sempre precária, perigosa e incerta) é garantida, e não há direito ao questionamento. Deve-se aceitar o destino, mesmo que as condições de vida sejam as mais apavorantes. Paulo Freire aponta ainda que

Para os opressores, porém, na hipocrisia de sua “generosidade”, são sempre os oprimidos, que eles jamais obviamente chamam de oprimidos, mas, conforme me situem, interna ou externamente, de “essa gente” ou de “essa massa cega e invejosa”, ou de “selvagens”, ou de “nativos”, ou de “subversivos”, são sempre os oprimidos os que desamam. São sempre eles os “violentos”, os “bárbaros” os “malvados”, os “ferozes”, quando reagem à violência dos opressores (FREIRE, 2005, p. 48).

Consciências irenistas e consciências cretinas se acordam na defesa da hipótese de que não há racismo no Brasil e que tudo se trata de importação de ideias estrangeiras para dividir ideologicamente nossa opinião pública, confundindo a população e inoculando-lhe o veneno da discórdia social, já que somos todos irmãos, não importa a cor. Esses animais sociais se pavoneiam quando movimentos populares de resistência contra o racismo e sua inerente opressão estrutural enunciam a palavra de ordem “vidas negras

importam”, retrucando que “todas as vidas importam”, ou ainda que “vidas policiais importam” (conforme o eixo ideológico dos proponentes). Ora, a legitimidade inquestionável do “vidas negras importam” decorre da histórica luta que os povos negros empreenderam contra a escravidão e seus efeitos estruturais encontrados nas sociedades que empregaram esse arbítrio contra seres humanos despojados de sua liberdade e de sua dignidade. Contudo, afirmar que “vidas negras importam” não significa que as demais vidas não importam, mas apenas que se enfatiza uma árdua luta por reconhecimento que ainda não obteve êxito em uma sociedade hipócrita, injusta e intrinsecamente violenta como a nossa. Proclamar que “vidas negras importam” se consubstancia com a defesa de todas outras formas de vida, pobres, LGBTQI, povos indígenas, ciganos, todos. Para quem jamais sofreu qualquer tipo de violência, agressão, humilhação, é muito fácil tripudiar do engajamento negro contra a dominação racista que até hoje lhes é imposta, abertamente ou veladamente. Não fizemos a autocrítica da escravidão e por isso até hoje sofremos os seus efeitos deletérios na nossa estrutura social, injusta, opressiva e discriminatória. Isso também se aplica aos demais grupos sociais e identitários que não reconhecidos em seus direitos civis, mas antes achincalhados como coisas sem valor em uma dinâmica social excludente e ideologicamente virulenta.

Considerações finais

Temos um longo caminho de pavimentação democrática para o porvir, caminho esse que não será construído placidamente ou sem ação concreta dos atores sociais. Somente a substancialidade democrática será capaz de fomentar uma estrutura social mais justa na realidade brasileira, e para isso não podemos depender apenas da solidez republicana das nossas instituições, mas também das mobilizações coletivas multitudinárias, organizadas em movimentos, partidos, sindicatos e quaisquer outros grupamentos que almejem aprimorar as condições de vida de nossa sociedade fragilizada e adoecida. Afinal, de nada basta a manutenção inalterada de nossas instituições se a própria população não se engaja em participar da esfera pública, transformando-a como uma base política propiciadora do bem comum.

Referências

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- ROLIM, Marcos. **A Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança pública no século XXI**. Oxford: University of Oxford; Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso: da escravidão a Bolsonaro**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.
- TOFFLER, Alvin. **Powershift: as mudanças do poder**. Trad. de Luiz Carlos do Nascimento Silva. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- WEBER, Max. “A Política como vocação”. In: **Ciência e Política: duas vocações**. Trad. de Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 2010, p. 53-124.

Recebido em 2020-12-17
Publicado em 2021-01-01